


ESPAÇO LEGISLATIVO

Alepa vota compra de áreas para policiais

Os deputados estaduais aprovaram, em segundo turno, o Decreto Legislativo nº 21/2019, que autoriza o Poder Executivo a alienar quatro imóveis do tipo terreno urbano, de propriedade do Estado, para a construção de conjuntos habitacionais destinados aos policiais militares. A matéria deve retornar à pauta na próxima sessão ordinária, terça-feira (27) para ser votada em redação final. Pelo projeto, fica autorizada a alienação onerosa, por meio de licitação na modalidade concorrência, de quatro imóveis, registrados em nome do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM), exclusivamente, para execução de empreendimentos do tipo residencial, seguindo a linha de conjuntos habitacionais em benefício dos policiais

Áreas do Estado serão usadas para garantir a segurança dos policiais militares e suas famílias

a União também têm muitas áreas que são pessimamente usadas. Eu tive a oportunidade de ser Secretário de Transporte do Estado e o que tem

militares. Eles ficam localizados nos municípios de Marabá (rua Goiás, s/nº, Bairro Jardim União), Santaré (rua São Marcos, s/nº, Bairro Maracanã) e Ananindeua (rua Itabira, nº 33, Bairro Maguari, e rua Ricardo Borges, nº 109, bairro Guanabara). “O Estado e acho que

de imóveis do Setran em várias regiões que não são utilizados. Então, esse projeto tem essa finalidade, de verificar algumas áreas do Estado que possam ter utilidade para a comunidade, para a população que precise e um dos grande projetos é que essas áreas possam ser utilizadas para os conjuntos habitacionais”, ressaltou o líder do governo na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), deputado Francisco Melo, o Chicão (MDB). No dia 31 de julho, a proposta de Decreto Legislativo foi protocolada na Alepa, com a assinatura do governador Helder Barbalho e se transformou em Decreto Legislativo após ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da casa, no dia 6 de agosto. Semana passada, o Decreto foi aprovado em primeiro turno.

Glória Caputo passa por arguição na Alepa

A superintendente da Fundação Carlos Gomes, professora Glória Caputo, participou ontem de sessão especial realizada na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), onde fez uma exposição do trabalho feito à frente da Fundação e, em seguida, ouviu a manifestação dos parlamentares. Segundo ela, o principal objetivo é reforçar a estrutura que têm atualmente na Carlos Gomes, para poder atender todas as solicitações que são feitas. “A música é uma das ferramentas mais importantes na formação das crianças, porque trabalha também a questão social. A música é uma forma de educação sem aquela imposição, mas como forma de lazer”, declarou, Glória foi a primeira dirigente da atual gestão a comparecer na Assembleia

Legislativa para participar da arguição, prevista no artigo 245 do Regimento Interno da casa aos secretários e demais autoridades estaduais. A previsão é que toda a semana, pelo menos um gestor da administração indireta compareça à Assembleia, mas ainda não foi informado o nome dos próximos gestores confirmados. A professora Glória Caputo revelou que pretende levar a metodologia que desenvolve no Vale Música para a Fundação Carlos Gomes. “Porque a Fundação já tem um Projeto Cidadania, mas eu acho que o resultado pode ser muito melhor se nós levarmos isso para a metodologia, que é da prática para a teoria e não da teoria pra prática. As crianças começam fazendo música com muita prática”, declarou a superintendente,

que também buscará o envolvimento da família e da comunidade. Atualmente, segundo Glória, a instituição conta com 1.140 alunos e ainda tem o Projeto Cidadania, que atende vários polos. Ela considera importante trabalhar com as prefeituras, para que os municípios possam dar apoio ao trabalho desenvolvido. “É impossível o Estado, com a verba que tem, ficar com toda essa responsabilidade”, declarou. A verba da Fundação Carlos Gomes é de R\$ 14 milhões ao ano, sendo R\$ 7 milhões só para pessoal. “Sobra R\$ 7 milhões para manutenção, luz elétrica, hoje eu tenho uma conta de 26 mil reais mês de luz, terceirização de serviço é outro gasto grande. Com o que sobra, como eu vou para o interior, como vou dar apoio para o interior?”, disse.

EMPREGO

Discriminação fica PROIBIDA

PROJETO - Câmara Municipal de Belém aprovou iniciativa contra perguntas sobre religião e orientação sexual em entrevistas de emprego

A Câmara Municipal de Belém aprovou, ontem, um projeto de lei, de autoria do vereador Henrique Soares (PDT), que proíbe as empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins, de perguntarem aos candidatos, em questionários de emprego, admissão ou adesão, sobre a religião ou orientação sexual. Segundo ele, a proibição atingirá também concursos públicos e processos seletivos realizados no município.

“A essência é a evolução da sociedade. O político tem que estar atento à evolução constante da sociedade, que o tempo vai mudando e ainda existe uma grande forma de preconceito, contra matriz religiosa ou orientação sexual”, enfatiza o autor da proposta, aprovada à unanimidade.

Para virar lei, a proposta precisa ser sancionada pelo prefeito Zenaldo Coutinho. O vereador Henrique Soares diz que ainda não conversou com o prefeito, mas acredita que ele vai se sensibilizar com o projeto. “Eu tenho certeza (que será



Vereador Henrique Soares confia que o Executivo não irá vetar o projeto

sancionado), porque é um projeto que não causa custo ao Executivo, não causa ingerência à Prefeitura, é constitucional”, afirma.

Inicialmente, o projeto previa multa correspondente ao valor da remuneração mensal da respectiva vaga de emprego ao infrator que descumprisse a lei, podendo ser aplicada em dobro e até ocorrer a suspensão do alvará, no caso de reincidência, mas Henrique Soares retirou os artigos que tratavam da punição. “Eu gosto de fazer projetos que mexam com a

sociedade, então tirei a multa. Fica a proibição e se a pessoa for vítima desse tipo de preconceito, ela pode ir ao Ministério Público, para que se faça cumprir a lei. Também está no âmbito da Prefeitura”, argumenta.

Para ele, o projeto é importante porque muitas empresas podem excluir o candidato à vaga de emprego já na seleção, por causa de sua religião ou orientação sexual. “Eu tenho certeza que muitos já retiraram esse tipo de pergunta, mas ainda tem que faça”, afirma.

ALTAMIRA

Comissão apresenta relatório sobre mortes

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) apresentou, ontem, o relatório final das mortes de custodiados no Centro de Recuperação em Altamira. O relatório traz proposições para enfrentar os problemas identificados pelos

integrantes da Comissão, após visitarem o Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Sudoeste do Pará, onde 58 presos foram mortos no confronto entre facções criminosas dentro da Casa penal.

Estiveram presentes na reunião os deputados Carlos Bordalo (PT), Heloísa Guimarães (DEM) e Marinho Brito (PSOL). Também participaram o superintendente do Sistema Penal, Jarbas Vasconcelos, representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Força Ta-

refa de Intervenção Penitenciária, do Governo Federal.

O relatório traz recomendações ao Governo do Estado, sendo 11 medidas de urgência e oito medidas de ressocialização e desencarceramento. “Em primeiro lugar, humanizar o cárcere, quebrar qualquer privilégio entre os presos e fazer o estado cumprir seu dever, descrito na lei de execuções penais. Em segundo, implementar medidas efetivas que permitam ao preso estudar trabalhar e cuidar da própria sobrevivência, fazer com que o cárcere - para aqueles que tem que cumprir sua pena devido a ter falhado com a sociedade - seja feito com dignidade e possibilidade de recuperação, e entender que segurança pública não pode ter um outro horizonte senão se cuidar efetivamente de um novo sentido nos presídios brasileiros”, enumera o deputado Carlos Bordalo.

Jarbas Vasconcelos ouviu as recomendações e concordou com o diagnóstico. “O relatório é muito bem estruturado e fundamentado, aponta medidas que estamos de pleno acordo e estamos trabalhando”, afirmou.

CELPA
CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADO

A Centrais Elétricas do Pará S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT, as Autorizações Ambientais - AAs, para a Rede de Distribuição Rural - RDR, tensão nominal 34,5 kV para as seguintes obras: 1. Projeto Ramal Trairinha (ID.2296405-SEN801); 2. Projeto Vicinal Vila do Bode, Ramal do Manejo (ID.2296406-SEN802); 3. Projeto Ramal do José Lima (ID.2296407 - SEN803); 4. Projeto Travessão João Bosco (ID.2296409-SEN805); 5. Projeto Travessão do Pirara (ID.2296410 - SEN806); 6. Projeto Rodovia PA Ressaca, Travessão Pernambuco (ID.2296411-SEN807); 7. Projeto Ramal Vila Transunião (ID.2296413-SEN809); 8. Projeto Ramal Bom Jesus (ID.2296414 - SEM 810); 9. Projeto Ramal da Ressaca, Travessão do 13 (ID.2296408-SEN804), localizadas no Município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará.

SEGE
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE BELÉM

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 106/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, ATRAVÉS DO ÓRGÃO INTERESSADO FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM - FUMBEL, por intermédio da Pregoeira/CGP/PMB, torna público que fará realizar o certame licitatório, em referência, no dia 05/09/2019 às 09h00 (Horário de Brasília/DF) - Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Registro de Preços, para futura e eventual “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS CORRELACIONADOS E SUPORTE”, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

LOCAL: A abertura da sessão pública será efetuada no site: www.comprasnet.gov.br
O Edital poderá ser adquirido no site: www.comprasnet.gov.br ou pelo site portal da Prefeitura Municipal de Belém: www.belem.pa.gov.br/licitacao

Belém/PA, 21 de agosto de 2019.
MONICA MEIRELES FRANCO
Pregoeira/CGP/PMB
Decreto Municipal nº 91.824/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

Objeto: Contratação de Empresa do ramo pertinente para o fornecimento de Equipamentos e Materiais Permanentes para atender a Unidade Mista de Afuá, do Município de Afuá-PA, conforme Emenda Parlamentar Processo Nº. 19396243000/1170-03, conforme descrição do TR no anexo I do Edital.

Abertura: 05/09/2019, às 09:00 horas.
Afuá/PA, 20 de agosto de 2019.
MÁRCIO ANTONIO FERREIRA NERY
Pregoeiro

SEGE
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PREFEITURA DE BELÉM

AVISO DE ERRATA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 093/2019

No JORNAL “O LIBERAL”, caderno PANORAMA/POLÍTICA, Edição do dia: 07/08/2019, que publicou o Aviso de Licitação ref. ao Pregão Eletrônico SRP 093/2019.

ONDE SE LÊ: ÁREA 4 (BAIRROS: MARACANGALHA, MIRAMAR, TELÉGRAFO, BARREIRO, SACRAMENTA E PEDREIRA)

LEIA-SE: ÁREA 3 (BAIRROS: SOUZA, CASTANHEIRA, MARCO, CANUDOS, SÃO BRÁS, FÁTIMA E O DISTRITO DE MOSQUEIRO)

Otávio S. Machado Baia
Pregoeiro/CP/SEGE/PMB - Decreto Municipal nº 91.824/2018.

SEGE
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PREFEITURA DE BELÉM

AVISO DE LICITAÇÃO
RDC Nº 013/2019 – PRESENCIAL
Processo nº 650/2019-SEURB

O Município de Belém, através da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGE, com sede à Av. Governador José Malcher, nº 2110, São Brás, através da Comissão Especial de Licitação designada pelo Decreto Municipal nº 93.783 de 09 de maio de 2019, torna público que, conforme autorização da Sra. Secretária Municipal de Urbanismo - SEURB, fará a Abertura do RDC Nº 013/2019 conforme os dados abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONFEÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS/MÓDULOS DE PARADA DE ÔNIBUS (TAPANÁ E MARACACUERA), conforme Projeto Básico e demais anexos do Edital de Licitação.

Modo de Disputa: ABERTO

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Disponibilidade do Edital: <http://www.belem.pa.gov.br> <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e presencialmente mediante apresentação de mídia (CD-R ou DVD-R) para gravação gratuita, na sede da SEGE, 1º andar, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

Entrega e abertura das propostas: De 09:00h às 10:00h (horário local) do dia 13/09/2019.

Endereço: Sala de Reuniões da SEURB, sito à Av. Governador José Malcher, nº 1622, Nazaré, Térreo.

Belém/PA, 21 de agosto de 2019.
José Guedes da Costa Júnior
Presidente da CEL/RDC - em exercício

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI - MPEG

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - nº 03/2019

Objeto: Contratação de serviço continuado de Suporte Técnico e Atendimento em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG. **Data da Abertura: 29/08/2019 às 10:00h (horário de Brasília/DF).** Edital Completo e demais informações no Museu Paraense Emílio Goeldi, situado na Av. Magalhães Barata, 376 São Brás, Belém/PA, no sítio do MPEG www.museu-goeldi.br e no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br